

BC fará banco receber plano saúde em BTN de outubro

O juiz Valdir Ramos Cavalcanti, da 26ª Vara Cível, enviou um ofício ao Banco Central, pedindo que a instituição divulgue circular obrigando toda a rede bancária envolvida na cobrança de planos de saúde a receber os pagamentos deste mês pela conversão do mesmo número de BTNs que os vigentes em outubro do ano passado. A decisão do juiz foi tomada ontem, depois de constatado o não cumprimento das empresas de saúde e dos bancos do Edital publicado na página 65, parte III, do *Diário Oficial* do Poder Judiciário de segunda-feira, dia 5.

Ainda ontem, o desembargador Narciso A. Teixeira Pinto, da 5ª Vara Cível, onde a Amil havia entrado com mandado de segurança, indeferiu a liminar, ou seja, continua valendo a decisão do juiz Valdir Ramos Cavalcanti, que determinou que as empresas devem abater nas próximas duas prestações o número de BTNs cobrados a mais em relação aos contratos de outubro de 1989 até hoje. Caso as empresas não cumpram a determinação, a devolução deverá ser feita com correção monetária e as empresas estarão sujeitas a multas diárias.

A vereadora Laura Carneiro, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, que recebe diariamente cerca de 100 reclamações contra as empresas de planos de saúde, começará a enviar hoje mais de 700 correspondências aos associados cadastrados na comissão, com o relato dos fatos ocorridos desde 27/10/89 (quando foi dada entrada na Ação Civil Pública contra as empresas), acompanhadas de xerox do edital do *Diário Oficial* e do indeferimento do desembargador para que, com esses documentos nas mãos, os segurados paguem o valor justo.

A vereadora já entrou em contato com o futuro ministro da Justiça, Bernardo Cabral, pedindo a rápida votação do Código Nacional de Defesa do Consumidor. Laura Carneiro alega que 32 mil pessoas procuraram a Defesa do Consumidor no ano passado para reclamar dos aumentos indiscriminados de aluguéis, consórcios e planos de saúde. Ao contrário dos dois primeiros, que têm legislação específica de controle, as empresas de saúde — entidades filantrópicas sem fins lucrativos — vêm des-

de o Plano Cruzado desrespeitando os programas econômicos, como comprovam os processos enviados pelos associados. A vereadora espera que, em 15 de março, dia da posse do novo presidente, Collor de Mello se lembre que este é o dia mundial de defesa do consumidor.

Dificuldades — A associada da Amil Márcia Gonçalves foi ontem a uma agência do Itaú, no centro do Rio, onde foi informada pelo gerente que a agência ainda não havia recebido nenhuma orientação da matriz sobre modificações na cobrança das prestações dos planos de saúde. Márcia levava a xerox do *Diário Oficial* e seu canhoto de pagamento de outubro de 1989, documentos também apresentados na agência de atendimento da Amil na Av. Rio Branco 151/21º andar, onde uma funcionária disse que a empresa só receberia o pagamento dos BTNs integrais vigentes nos atuais carnês.

Nas agências sedes em São Paulo, os departamentos de convênio do Banco Itaú (principal responsável pelas cobranças da Amil) e de cobrança do Bradesco (Golden Cross) informaram não ter recebido nenhuma circular interna que orientasse sobre o recebimento das mensalidades dos planos de saúde. Fernando Luiz Pires da Silva, do Bradesco em São Paulo, disse que o banco ainda consultava seu departamento jurídico e esperava orientação da Golden Cross para tomar alguma decisão. No *Bom Dia Itaú*, boletim interno de circulação diária, também não constava ontem nenhum comunicado oficial às agências.

Para o presidente da Amil, Edison Godoy, a decisão do juiz Valdir Ramos Cavalcanti pode inviabilizar os convênios de saúde. O cirurgião alega que os aumentos dos custos médicos são calculados pela Associação Médica Brasileira, nem sempre aceitos integralmente pelas empresas de saúde, que tentam negociar da melhor maneira para que as prestações não fiquem muito altas. Godoy explica que grande parte dos produtos médicos é importada e está sujeita a aumentos bem acima da inflação. Segundo Godoy, a empresa recorrerá em todas as instâncias para garantir a manutenção das prestações nos atuais números de BTNs.